

Território físico e simbólico são base da cultura

Ministério tem como principal tarefa emitir títulos aos remanescentes dos quilombos

JOEL RUFINO DOS SANTOS
Especial para o Estado

Trazemos dos bancos escolares a informação de quilombo como "núcleo de escravos fugidos". O de Palmares, mais resistente, teria tido um chefe que se suicidou quando cercado pelas forças da ordem, chamado Zumbi ou Zambi. Ocorre que nos últimos anos a pesquisa histórica fez ver muita coisa.

Para começar, Palmares durou cem anos (1597-1695), sendo, portanto, o capítulo mais longo da nossa história social. Graças ao conhecimento dele, a própria noção de quilombo se alargou, passando a designar modelo de sociedade alternativa. Alternativa a quê? A sociedade colonial escravista que se instalara em toda Zona da Mata, de forma intermitente, desde o Maranhão, até São Vicente (SP).

Palmares — populosa para o padrão seiscentista, cerca de 25 mil negros e índios — não se organizava em plantage (monocultura exploradora e predatória). Vigorava lá a policultura de subsistência, em regime de posse útil da terra. A história do nosso século 17 é, pois, a da luta sem quartel entre dois embriões de país — o palmarino, espécie de colônia de povoamento, e a plantation, de exploração predatória. Como seria o Nordeste hoje se o primeiro tivesse triunfado?

Os movimentos negros, que tiveram seu boom nos anos 70, fizeram de Palmares uma bandeira de luta. Conseguiram que o Congresso Nacional declarasse o dia da morte de Zumbi — 20 de novembro — "Dia Nacional da Consciência Negra". E desde 1981 realizam peregrinações, naquele dia, à Serra da Barriga (Alagoas). É um espetáculo pedagógico: povo, lideranças políticas, artistas, embaixadores africanos, autoridades e estrangeiros ilustres congregados. Lembra o 2 de Julho, da Bahia. São ritos de fundação da pátria.

Por ato presidencial, os Ministérios da Cultura e da Educação integram uma comissão nacional que, à semelhança do bicentenário de Tiradentes, imprimirá o máximo de brilho às celebrações. O objetivo é elevar Zumbi de herói étnico a herói nacional — emblema do esforço pelo desenvolvimento e a legítima democracia racial. Estão programados, por exemplo, um seminário internacional, jogos afro-americanos e a inauguração do Memorial Zumbi (projeto de Oscar Niemeyer).

Acima de tudo, porém, se colocará a execução do Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição em vigor: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". (Vê-se aqui a falência da definição escolar "núcleo de escravos fugidos". Quilombo, para efeito constitucional, é "toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado". A definição é da Associação Brasileira de Antropologia).

Contam-se por milhares essas comunidades em todo o País — mesmo nos arredores de São Paulo e Rio. No âmbito do Tricentenário, o Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, iniciará o cumprimento do que manda a Constituição. As primeiras comunidades a receberem títulos definitivos serão, logicamente, as instaladas em terras públicas.

Mas o que tem o Minc a ver com essa questão de terras? Um certo desprezo que se vota a órgãos de cultura no Brasil — condenados a viver de migalhas do orçamento — se deve à identificação de cultura com eventos intelectuais. Ora, quem diz cultura diz contextos culturais, diz maneiras diferenciadas de estar no mundo — diz território físico e simbólico, numa palavra. O território é a base propriamente social da cultura, a sua substância. Pois bem: o quilombo (tanto no passado quanto hoje) é um território, um contexto cultural específico, uma maneira peculiar de estar no mundo e manejar os recursos naturais. Portanto, nenhum ministério está mais habilitado a executar o Artigo 68 que o nosso. É a principal tarefa no Tricentenário de Palmares.

■ Joel Rufino dos Santos é historiador e presidente da Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura